

EDITORIAL

Apresentamos a sétima edição da Revista Brasileira de Previdência, referente ao primeiro semestre de 2018. Com a parceria acadêmica e científica entre a Universidade de Milão e a UNIFESP na revista, será possível a partir de agora efetuarmos duas edições anuais da revista, uma em cada semestre.

Nesta edição destacamos: artigo do desembargador federal Márcio Antônio Rocha, que busca a disseminação de conhecimentos acerca da conexão do direito de livre expressão com o que internacionalmente se costuma chamar de práticas de *whistleblowing*; artigo de Marcel dos Santos, Antônio Palmeira, ambos especialistas em gestão tributária pela FECAP-SP, Marcus Zittei, doutor em contabilidade e administração e professor da FECAP-SP, e Leonardo Lugoboni, doutor em administração e professor do INSPER e da FECAP-SP, sobre planejamento previdenciário como ferramenta de redução da carga previdenciária e consequente ganho financeiros; artigo de Aline Halik, mestranda em contabilidade pela UNB e Diana Lima, Professora de atuária e contabilidade da UNB, acerca dos acordos internacionais de previdência são importantes para uma economia globalizada, o estudo tem como objetivo analisar a sistemática da concessão e pagamentos dos acordos internacionais de previdência social firmados no Brasil; artigo de Auro Tanaka, mestre em gestão pública pela UNIFESP, e Leandro Lino, mestre em direito pela UNESP, sobre a aplicação prática da perícia funcional na apreciação do pedido de concessão do benefício de aposentadoria da pessoa com deficiência, instituída pela Lei Complementar n.º 142/2013; artigo de Matteo Avogaro, mestre em Direito do Trabalho na Universidade de Veneza e doutorando em Direito do Trabalho pela Universidade de Milão, sobre o direito de desconexão na legislação italiana e francesa; artigo de Juliana Ribeiro, Mestre em Direito Previdenciário - PUC/SP, e Henrique de Aquino, Aluno Especial do mestrado de Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina (UEL), trazendo à tona questões atinentes à nova forma de aplicação e interpretação do poder Judiciário, bem como a efetividade das decisões dos tribunais que passam a utilizar do

Ativismo Judicial para julgarem sobre direitos e garantias fundamentais que deveriam ser tutelados pelos poderes Legislativo e Executivo.

Reiteramos nossos agradecimentos a todos que enviaram suas contribuições à Revista Brasileira de Previdência, que, por tratar de direito atuarial, atuária e contabilidade como um todo, permite uma gama ampla de estudos dentro dos limites interdisciplinares atuariais, que vão desde a Seguridade à questões de políticas públicas de segurança, governança e de direito trabalhista. E convidamos e incentivamos a todos a enviarem textos para a Revista Brasileira de Previdência.

São Paulo-Milão, dezembro de 2017
OS DIRETORES DA REVISTA